



Revista Cerrados (Unimontes)
ISSN: 1678-8346
ISSN: 2448-2692
revista.cerrados@unimontes.br
Universidade Estadual de Montes Claros
Brasil

S MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII: IDENTIDADE NACIONAL E FORMAÇÃO TERRITORIAL SOB O OLHAR DE CLÁUDIO MANUEL DA COSTA[1]

Araújo, Kárita de Fátima

S MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII: IDENTIDADE NACIONAL E FORMAÇÃO TERRITORIAL SOB O OLHAR
DE CLÁUDIO MANUEL DA COSTA[1]

Revista Cerrados (Unimontes), vol. 15, núm. 1, 2017

Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo oa?id=576960997008>

DOI: <https://doi.org/10.22238/rc24482692v15n12017p130a155>
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Não Derivada 4.0
Internacional.

S MINAS GERAIS DO SÉCULO XVIII: IDENTIDADE NACIONAL E FORMAÇÃO TERRITORIAL SOB O OLHAR DE CLÁUDIO MANUEL DA COSTA[1]

THE MINAS GERAIS OF THE XVIII CENTURY:
NATIONAL IDENTITY AND TERRITORIAL
TRAINING UNDER THE LOOK OF CLÁUDIO
MANUEL DA COSTA

LAS MINAS GERAIS DEL SIGLO XVIII: IDENTIDAD
NACIONAL Y FORMACIÓN TERRITORIAL BAJO LA
MIRADA DE CLÁUDIO MANUEL DA COSTA

Kárita de Fátima Araújo karitafaraujo@hotmail.com
Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Brasil

Revista Cerrados (Unimontes), vol. 15,
núm. 1, 2017

Universidade Estadual de Montes Claros,
Brasil

Recepção: 01 Maio 2016
Aprovação: 17 Abril 2017

DOI: [https://doi.org/10.22238/
rc24482692v15n12017p130a155](https://doi.org/10.22238/rc24482692v15n12017p130a155)

Redalyc: [https://www.redalyc.org/
articulo.oa?id=576960997008](https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576960997008)

Resumo: Este trabalho, fruto da dissertação de Mestrado, tem como objetivo resgatar e compreender o modo pelo qual se processou a construção da identidade nacional e a formação territorial brasileira no contexto das Minas Gerais do século XVIII, buscou-se, desta feita, fazê-lo à luz das obras literárias dos poetas inconfidentes. Nesse sentido, a obra *Vila Rica* de Cláudio Manuel da Costa cumpre o papel de aliar Geografia e Literatura ao possibilitar o diálogo entre as manifestações artísticas do poeta e os componentes espaciais e temporais que compuseram a sociedade mineira do século XVIII. Para alcançar o objetivo proposto, foi fundamental analisar alguns elementos, tais como, o conceito de sertão e sua condição de ocupação e isolamento para o período, diretamente relacionado ao desenvolvimento e decadência do chamado “ciclo do ouro”, além da formação daquela sociedade e do estabelecimento de uma “identidade nacional”, responsáveis por delinear para as Minas Gerais a possibilidade de compor uma nação independente de Portugal. Desta forma, o enredo literário permitiu observar qual compreensão do intelectual Cláudio Manuel da Costa acerca daquele aquele espaço e tempo. Sua visão do mundo refletiu-se nas entrelinhas do texto literário, revelando percepções, opiniões e posições diferenciadas acerca daquela realidade, aspectos fundamentais do processo de construção da nacionalidade e da territorialidade brasileiras.

Palavras-chave: Geografia, Literatura, Vila Rica.

Abstract: This work, the result of the dissertation of Master, aims to rescue and understand the way in which the construction of the national identity and the Brazilian territorial formation in the context of the Minas Gerais of the XVIII century was processed, this time it was sought to do so in the light of the literary works of the poets of the Inconfidência Mineira. In this sense, the book *Vila Rica* by Cláudio Manuel da Costa fulfills the role of allying Geography and Literature by enabling the dialogue between the artistic manifestations of the poet and the spatial and temporal components that composed the mining society of the eighteenth century. To reach the proposed objective, it was fundamental to analyze some elements, such as the concept of sertão and its condition of occupation and isolation for the period, directly related to the development and decay of the so-called “gold cycle”, besides the formation of that society and of the establishment of a “national identity”, responsible for outlining for Minas Gerais the possibility of composing an independent nation of Portugal. In this way, the

literary plot allowed to observe what understanding of the intellectual Cláudio Manuel da Costa about that space and time. His vision of the world was reflected in the lines of the literary text, revealing different perceptions, opinions and positions about that reality, fundamental aspects of the process of construction of Brazilian nationality and territoriality.

Keywords: Geography, Literature, Vila Rica.

Resumen: Este trabajo, el resultado de la tesis de Maestría, pretende rescatar y entender la forma en la que demandó la construcción de la identidad nacional y la formación territorial de Brasil en el contexto de las Minas Gerais del siglo XVIII, se buscó, esta vez, lo hacen a la luz de las obras literarias de poetas de la Inconfidência Mineira. En este sentido, el trabajo de Vila Rica de Cláudio Manuel da Costa desempeña el papel de la combinación de Geografía y Literatura para facilitar el diálogo entre las expresiones artísticas del poeta y los componentes espaciales y temporales que componían la sociedad minera del siglo XVIII. Para lograr el objetivo propuesto, que era esencial para analizar algunos elementos, tales como el concepto de zona de influencia y su condición de ocupación y aislamiento para el período, directamente relacionada con el desarrollo y la decadencia de la " fiebre del oro", además de la formación de que la sociedad y el establecimiento de una "identidad nacional", responsable del diseño de Minas Gerais, la posibilidad de componer una nación independiente de Portugal. De este modo, la trama literaria ha observado que la comprensión intelectual de Cláudio Manuel da Costa acerca de aquél espacio y el tiempo. Su visión del mundo se refleja en las líneas del texto literario, que revela las percepciones, opiniones y posiciones diferentes sobre esa realidad, los aspectos fundamentales del proceso de construcción de la nacionalidad y territorialidad brasileñas.

Palabras clave: Geografía, Literatura, Vila Rica.

INTRODUÇÃO

Ao transitar entre a Geografia e a Literatura busca-se aliar as manifestações artísticas presentes nos discursos literários do inconfidente Cláudio Manuel da Costa aos conceitos geográficos, com objetivo de compreender o modo pelo qual se processou a formação territorial brasileira e a construção da identidade nacional no contexto das Minas Gerais do século XVIII. Nesse sentido, a obra Vila Rica foi fundamental, para que, dentro dos limites temporais e espaciais estabelecidos, fosse possível enveredar pelos caminhos das Minas setecentistas.

Vila Rica auxiliou na compreensão de aspectos fundamentais acerca das Minas Gerais do século XVIII. Através da obra foi possível apreender a condição de isolamento e ocupação da capitania mineira, bem como, aspectos da Inconfidência Mineira enquanto um movimento de caráter emancipacionista que propunha a instauração de uma República no interior do Brasil-colônia. A delimitação temporal ateve-se, portanto, ao século XVIII – em especial na segunda metade, devido ao próprio movimento inconfidente ter se desenrolado nesse período. E, por conseguinte, a demarcação espacial compreende a capitania das Minas Gerais, tal qual ela se apresentava naquele momento, com suas peculiaridades, limitações e intersecções com as demais regiões da colônia.

Tendo como objetivo central compreender de que modo se processou a construção da identidade nacional e da formação territorial brasileira a partir da leitura e análise da obra produzida por um dos literatos envolvidos na Inconfidência Mineira, este trabalho possibilitou verificar qual ordem de pensamento geográfico está expressa na obra, bem

como, a possível influência da mesma na construção da identidade e territorialidade brasileiras. Geografia e Literatura se aliaram, nesse sentido, às manifestações artísticas do poeta inconfidente, na busca pela construção da territorialidade das Minas Gerais dos setecentos.

Vila Rica é utilizada no sentido de re(contar) a história da Inconfidência Mineira a partir dos atores e/ou agentes do processo. Mais do que refletir a visão do mundo[2] de seu autor, a obra é um discurso acerca do espaço das Minas Gerais dos setecentos, escritos por um intelectual/indivíduo expressivo[3] que vivenciou as contradições, incertezas e temeridades de um movimento emancipacionista de tamanha grandeza e importância, até então inédito na colônia.

O discurso produzido por esse autor, assim como pelos demais intelectuais envolvidos no movimento ganhou destaque, amplificando-se. Desta feita, o poeta inconfidente apresenta-se como indivíduo expressivo, detentor dos discursos dominantes naquela época e sociedade. Vila Rica é, portanto, a expressão da visão do mundo de seu autor. Visão esta, que procura retratar características específicas da região do ouro, bem como, do povo que ali habitava. Sua formação social, religiosa, cultural e até militar, foi fundamental para compor uma gente com forte espírito nacional e com “sentimento de disciplina e de ordem” (LIMA JÚNIOR, 1965, p. 167).

A visão do mundo é definida por razões pessoais que compõe um “conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo (mais frequentemente, de uma classe social) e os opõe a outros grupos” (GOLDMANN, 1979 p. 20). Para encontrar estas razões, é necessária a análise da trajetória pessoal do autor.

O contexto social e histórico em que viveu o autor é imprescindível uma vez que os fenômenos não podem ser compreendidos fora de sua historicidade. Segundo Goldmann (1979, p. 08) “uma ideia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento”. A interação do autor com o meio social em que vive, delinea seu pensamento e isso transparece na obra artística. De acordo com Frederico (2005, p. 432),

[...] os grupos estruturam na consciência de seus membros uma “resposta coerente” para as questões colocadas pelo mundo circundante. Essa coerência (ou visão do mundo) é elaborada pelo grupo social e atinge o máximo de articulação através da atividade imaginativa do escritor. A obra, assim, permite ao grupo entender mais claramente suas próprias ideias, pensamentos, sentimentos. Esta é a função da arte: favorecer a “tomada de consciência” do grupo social, explicitar num grau extremo a “estrutura significativa” que o próprio grupo elaborou de forma rudimentar para orientar o seu comportamento e a sua consciência (FREDERICO, 2005, p. 432).

Entendendo que a arte é uma das responsáveis por favorecer a “tomada de consciência” de um grupo, faz-se necessário compreender ainda as concepções filosóficas presentes. Desta maneira, aliando estes três elementos torna-se possível analisar de forma mais profunda o discurso presente na obra literária. Já que, o discurso é o próprio objeto de trabalho do escritor e está repleto de concepções e “visões do mundo”. Como salientou Sevcenko (1983, p. 20), a literatura,

[...] constitui possivelmente a porção mais dúctil, o limite mais extremo do discurso, o espaço onde ele se expõe por inteiro, visando reproduzir-se mas expondo-se igualmente à infiltração corrosiva da dúvida, e da perplexidade. É por onde o desafiam também os inconformados e os socialmente mal-ajustados. Essa é a razão por que ela aparece como um ângulo estratégico notável, para a avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes no seio de uma determinada estrutura social. Tornou-se hoje em dia quase que um truismo a afirmação de interdependência estreita existente entre os estudos literários e as ciências sociais (SEVCENKO, 1983, p. 20).

Para Goldmann (1976, p. 22-23), procura-se no passado como as atitudes dos indivíduos eram reflexos dos valores sociais, da comunidade em que se vivia. Busca-se o entendimento sobre as transformações da sociedade humana. Ademais, segundo o próprio Goldmann, tudo que ultrapassa o individual e atinge o social é um acontecimento histórico. As visões do mundo dos escritores representavam o contexto em que viviam:

Os grandes escritores representativos são aqueles que exprimem, de uma maneira mais ou menos coerente, uma visão do mundo que corresponde ao máximo de consciência possível dum classe; o caso sobretudo dos filósofos, escritores e artistas. Para o homem de ciência a situação às vezes se apresenta diferente. Sua tarefa essencial é chegar ao conhecimento mais vasto e mais adequado da realidade (GOLDMANN, 1976, p. 48).

E ainda,

As visões do mundo são fatos sociais, as grandes obras filosóficas e artísticas configuram expressões coerentes e adequadas dessas visões do mundo; são como tais expressões individuais e sociais ao mesmo tempo, sendo seu conteúdo determinado pelo máximo de consciência possível do grupo, em geral da classe social, a forma sendo determinada pelo conteúdo para o qual o escritor encontra uma expressão adequada (GOLDMANN, 1976, p. 107-108).

Assim, por meio da literatura é possível analisar as tensões existentes em uma sociedade em determinado momento. A maneira como o autor escreve suas obras e deixa refletir nelas o que ocorre a sua volta se torna uma ferramenta preciosa para compreendermos os embates que se davam ao tempo e quais encontraram eficácia política, ou seja, materializaram-se sobre o território (ANSELMO, 2012).

A IDENTIDADE NACIONAL PRESENTE NO MOVIMENTO PELA INCONFIDÊNCIA: O CONTEXTO DAS OBRAS LITERÁRIAS E A QUESTÃO DA “MINEIRIDADE”

Definir a identidade nacional de determinada sociedade ou mesmo o conceito em si, perpassa pelo conhecimento de dois outros conceitos essenciais à discussão: o de Nação e o de Estado. O primeiro é apontado por Gellner (1983) como um grupo que se constrói a partir do reconhecimento de certos direitos e deveres comuns. Pertencer à mesma Nação, portanto, implica em partilhar a mesma cultura, as mesmas ideias, os mesmos signos e associações – é o reconhecimento mútuo entre os indivíduos que os coloca do “mesmo lado”, transformando-os em uma

categoria particular e, diferenciando-os dos demais membros de outros grupos.

O Estado, por sua vez, é a instituição que rege esses grupos e, que garante a manutenção da ordem nas sociedades. O autor ressalta, entretanto, que a existência do Estado depende, como afirmou Max Weber, da presença da divisão do trabalho. Ademais, essa divisão foi fundamental para definir o que Gellner (1983) classificou como sendo as três fases fundamentais da história da humanidade: a pré-agrária, a agrária e a industrial, sendo que, apenas na última a presença do Estado foi inevitável, enquanto que nas demais, sua existência foi inexistente (pré-agrária) ou incipiente (agrária).

Há que se considerar ainda as ponderações de Eric Hobsbawm (1990), acerca da temática. Para o autor, a “nação” é uma entidade social historicamente recente, que deve ser relacionada ao Estado-nação, enquanto uma construção moderna, de modo que, a mesma não deve ser discutida fora dessa relação. Ademais, a “nação” para o autor, em seu sentido político – que se refere diretamente ao “povo”, à “união”, à “comunidade”, nos dá a ideia de “independência e unidade política”, sendo definida com base em critérios comuns como a língua ou a etnia, aliadas a uma “consciência nacional”. Consciência esta, que apesar de se desenvolver desigualmente entre os grupos e regiões de um país, foi suficientemente forte para compor a equação que definiu o “princípio da nacionalidade” – especialmente em sua origem, na Europa do século XIX – baseado na inseparabilidade: Estado = nação = povo.

Pensando na proposição feita pelos inconfidentes acerca do modelo de Estado, bem como, do território que comporia a Nação independente, faz-se necessário compreender, de que maneira a identidade nacional, enquanto “sentimento de cultura partilhada” (ROVISCO, 1990, p. 01), esteve presente no movimento pela Inconfidência. Para tal, parte-se do pressuposto assinalado por Hobsbawm (1990, p. 21), que teve como base os estudos de Hroch[4] e, que afirma que: “a “consciência nacional” se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões sociais de um país”.

Tendo em vista que o Brasil-colônia se encontrava, no século XVIII, distante do que se poderia considerar uma Nação, o apontamento de Hobsbawm nos serve para ponderar sobre a “consciência nacional” ou a identidade comum aos membros de uma Nação. Esse sentimento desenvolveu-se particularmente no grupo dos poetas setecentistas e demais sujeitos envolvidos no movimento, porém, não se expressou em todos os grupos que compunham a sociedade colonial naquele período.

Sendo assim, há que se verificar quais elementos compunham o estereótipo de Nação almejado pelos inconfidentes, elementos estes que promoveriam a “homogeneidade cultural” no interior do território. A busca por essas informações deve, portanto, perpassar pelas obras literárias produzidas pelos poetas inconfidentes. Um dos elementos presentes na obra de Cláudio Manuel da Costa, *Vila Rica*, que pode ser considerado uma tentativa de delinear o que de fato era necessário para compor o sentimento nacional comum que vinha sendo construído nos ideais inconfidentes, é a exaltação do bandeirantismo, e a busca por um elemento que marcassem a identidade desejada.

Discorrendo por entre a grande extensão destas quatro Comarcas, apenas se achará rio, córrego ou serra que não devesse aos Paulistas o descobrimento das suas faiqueiras, e estes são os serviços com que se têm acreditado, além de muitos outros, os naturais da Cidade de São Paulo (COSTA, 1996, p. 366).

Cláudio M. da Costa, em seu “Fundamento Histórico”, traz a passagem acima citada no intuito de atribuir aos bandeirantes paulistas as mais diversas descobertas feitas em terras mineiras. Ressalta, em outro trecho, a façanha de Fernão Dias, D. Rodrigo e Manuel de Borba Gato, dizendo que “foram eles os primeiros que se entranharam pelo Rio de São Francisco, e povoaram e encheram de gados as suas margens, de que hoje se sustenta o grande corpo de Minas Gerais” (COSTA, 1996, p. 368). Os feitos paulistas têm aparições recorrentes em Vila Rica. As expedições por eles organizadas, em um primeiro momento buscando indígenas a serem escravizados – em que os desbravadores enfrentaram os gentios com bravura – são relatadas na obra:

Conta Camargo, que o vizinho monte
Subira com os seus, e que de ponte
Um madeiro, que o tempo derribara,
Lhe servira, e por ele além passara,
Que desde ali por entre as brenhas via
Uma pequena Aldeia, a quem fazia
Baixa e comprida choça a cobertura
Aos queimados Tapuias: desde a altura
Do monte disparou por meter medo
Um tiro de espingarda; nenhum quedo
Se deixa então ficar: todos se apressam,
Fogem, nem mais às flechas se arremessam (COSTA, 1996, p. 380).

O enfrentamento com os indígenas foi certamente, inevitável e, a violência desses encontros gerava temores em ambos os lados. Tanto para os paulistas,

Eu também discorrera de outra Serra
O mesmo que Faria, aonde a guerra
De feroz Botecudo inda me assusta,
Mas pouco à conjectura se me ajusta
Toda a confrontação (disse Camargo) (COSTA, 1996, p. 388, grifos nosso).

Como, para os gentios.

[...] Assaltastes de noite a nossa gente,
E mortos os mais destros na peleja,
Fosse rigor do céu, ou fosse inveja
Da Fortuna, eu, que a Aldeia governava,
Passei com minha filha a ser escrava (COSTA, 1996, p. 383, grifos nossos).

O interesse dos paulistas às expedições cresceu após a descoberta do ouro nas Minas Gerais. Motivados pelos incentivos advindos da Coroa Portuguesa, os exploradores passaram a deixar de lado a captura dos gentios e começaram a buscar, com afinco, os metais preciosos que despertavam o interesse de todos.

Levados do fervor que o peito encerra
Vês os Paulistas, animosa gente,

Que ao Rei procuram do metal luzente
Co'as [sic] próprias mãos enriquecer o Erário[5] (COSTA, 1996, p. 408).

Cláudio Manuel da Costa não deixa de exaltar a bravura e a disposição dos paulistas em buscar no sertão os metais preciosos que eram visados tanto por eles, quanto pela própria Coroa.

Os claros feitos do seu grande Gama,
Dos meus Paulistas louvarei a fama.
Eles a fome a sede vão sofrendo,
Rotos e nus os corpos vêm trazendo;
Na enfermidade a cura lhes falece,
Em seu zelo outro espírito não obra
Mais que o amor do seu Rei: isto lhes sobra (COSTA, 1996, p. 408, grifos nossos).

Vale ressaltar que as expedições foram – a priori – organizadas e financiadas pelos próprios desbravadores, uma vez que a Coroa, desconhecendo as riquezas existentes nas Minas Gerais e não dispondo de recursos, apresentava sérias restrições para fazê-lo. Fonseca (2011) salienta que o povoamento das Minas Gerais ocorreu, inicialmente, de maneira “espontânea”, já que, a ocupação da região foi mais consequência da iniciativa de particulares, do que devido a uma política de colonização e urbanização guiada pela metrópole. Entretanto, deve-se reforçar que, não tardou para que o Estado se impusesse sobre a região, fazendo com que os povoamentos e arraiais se desenvolvessem segundo aos interesses da metrópole.

Ainda no que diz respeito ao bandeirantismo e à maneira como ele é abordado em Vila Rica, cabe destacar que apesar das sucessivas referências às expedições paulistas, Cláudio M. da Costa procura salientar – ainda que não o faça tão intensamente quanto o poeta Alvarenga Peixoto em seu Canto Genetíaco[6], por exemplo – que os portugueses também tiveram seu quinhão na ocupação dos sertões mineiros. Afinal, como descreve o próprio poeta, eles também organizaram expedições, movidos pela “ambição” e, foram em busca do “rico metal da terra fria”, deixando para trás as lembranças de Portugal, “a Penha, a Ninfá e o Ribeiro”.

A margem deste rio povoada
Vejo da portuguesa gente amada,
Toda entregue à solícita porfia,
Com que o rico metal da terra fria
Vai buscar a ambição: vejo de um lado
Erguer-se uma Cidade, e situado
Junto ao monte, que um vale aos pés estende,
Vejo um povo também: tudo surpreende,
Tudo encanta a minha alma, estou detido
No fantástico objeto [...].
Desfez-se a Penha, a Ninfá e o Ribeiro,
Solto dos olhos o sopor grosseiro (COSTA, 1996, p. 366-367, grifos nossos).

Fosse exaltando os bandeirantes paulistas, ou elogiando a empreitada dos portugueses, Cláudio M. da Costa procurava construir em sua obra uma inter-relação entre as figuras importantes no processo de desbravamento e ocupação das Minas Gerais, sinalizando, possivelmente,

qual “povo” deveria compor a Nação por ele e, por seus companheiros, almejada. Portanto, ao enaltecer a bravura e o caráter expansionista de paulistas e portugueses, Cláudio M. da Costa aponta o “tipo nacional” necessário para alavancar a pátria independente.

A discussão em torno do “tipo nacional” é posterior ao século XVIII, período em que vivia o autor. As obras literárias que caracterizaram o chamado Romantismo tiveram, no século XIX, extrema importância ao incutir na população a identidade almejada, garantido assim, a unidade nacional. O movimento romântico tem suas raízes na Alemanha do século XVIII, com o chamado “Sturm und Drang”, de 1770, que traz para a discussão o conceito de “espírito nacional” ou “caráter nacional”. Na tentativa de justificar a unidade alemã através da história, os românticos passaram a criar a ideia de Nação, por meio do mito (VELLOSO, 1983).

A construção de um “tipo nacional” ideal foi uma discussão que encontrou maior expressão praticamente um século após os apontamentos feitos por Cláudio Manuel da Costa e pelos demais poetas inconfidentes em suas obras.

Diferentemente de Cláudio Manuel da Costa, há nos textos de Cassiano Ricardo, José de Alencar e de outros intelectuais do final do século XIX e início do século XX, uma valorização do indígena enquanto responsável, juntamente com o português, por impulsionar “o movimento bandeirante em direção ao Oeste [...] pelos laços sanguíneos e sentimentais, a nova raça estaria preparada para realizar o destino nacional, efetuando a integração racial e territorial” (VELLOSO, 1983, p. 58).

O poeta setecentista valorizava o bandeirantismo e a disposição dos desbravadores em explorar o sertão, entretanto, esse papel cabia aos paulistas e portugueses, sendo que o indígena, sempre aparecia como o escravizado e dominado. Há, portanto, a rejeição do “homem local” e exaltação dos que vêm de “fora”. Essa posição do autor pode ser percebida no momento em que Cláudio M. da Costa, ao falar de duas escravas aprisionadas, Aurora e sua mãe, remete, simultaneamente às ninfas europeias, dizendo: “Uma Ninfá na areia as porções de ouro, com que esmalta o cabelo e o torna louro” (COSTA, 1996, p. 386, grifos nossos).

Verifica-se uma sobreposição entre a escrava – elemento que representa as Minas Gerais – e, a ninfá loura, responsável por representar as musas europeias cantadas pelo poeta. Muzzi (1996, p. 349) ressalta que, “a imagem recorrente da ninfá que, apropriando-se de um gesto característico das escravas das Minas, empoa os cabelos com ouro em pó para torná-los louros, é a alegoria do lugar ambíguo de onde fala o poeta”. Nesse trecho, portanto, o indígena é de certa forma, europeizado ao ser descrito pelo poeta como possuindo cabelos louros. A “índia loura” se torna uma figura mítica que, apesar de não ser vista por Cláudio M. da Costa como o símbolo da Nação – assim como ocorreu séculos mais tarde com o chamado “elemento-tupi” – acaba ganhando destaque no poema por remeter características europeias, extremamente valorizadas por Costa na maioria de suas obras.

É possível estabelecer certa relação entre a forma como Cláudio M. da Costa descreve sua Índia com características europeias, e Gonçalves Dias, poeta da primeira geração romântica do século XIX, que transforma o índio de “I-Juca Pirama” em um herói europeizado. Assim sendo, o poeta das Minas Gerais dos setecentos, acaba por antecipar uma caracterização do indígena que virá a ser valorizada apenas um século mais tarde, durante o Romantismo. Cláudio Manuel da Costa, portanto, ao valorizar o bandeirantismo, elogiar o homem branco expedicionário e rejeitar o indígena, acaba por delinear em sua obra, o povo que deveria compor a Nação por ele, e por seus companheiros, almejada. Como mencionado, a necessidade de se criar um “tipo nacional” – que represente as características desejadas para compor a identidade de um povo – aparece apenas com o movimento romântico do século XIX, tendo o autor, novamente, antecipado um dos princípios do próprio Romantismo.

Além de anteceder um “tipo nacional”, delineando assim a identidade do povo que viria a constituir a Nação independente, Cláudio Manuel da Costa trata as bandeiras como base da constituição desse território, em que, explorar, ocupar e descobrir riquezas nas terras mineiras era de fundamental importância para constituir e unificar aquele espaço, originando um território independente. Assim, o bandeirantismo é descrito em Vila Rica como um sonho a ser perseguido, uma meta a ser alcançada – alimentada pela esperança de sucesso nas empreitadas.

O sonho muitas vezes repetido,
Desde que tenho a idéia [sic] concebido
De entrar para estas Minas, me figura
Um mistério na sombra e na pintura.
Vós que por tantas vezes discorrido
Tendes estes Sertões, tereis ouvido
O nome de Itamonte; esta lembrança,
Este sinal só tenho de esperança;
Talvez tomando o cume desta Serra,
Acharemos um dia o Rio, a Terra,
A Ninfá e os mais portentos, donde tome,
Dos tesouros que espero, a Vila, o nome (COSTA, 1996, p. 387, grifos nossos).

Novamente, o poeta antecipa temas que permeiam as discussões acerca do Estado nacional e da formação da identidade do povo brasileiro, que se deram apenas no século XX. Velloso (1983, p. 115) salienta que, na obra *Marcha para o Oeste*, de Cassiano Ricardo, “é o espírito bandeirante que determina o desenvolvimento da história brasileira”. Desta feita, Cassiano Ricardo, ao descrever o episódio da Bandeira, acaba por reforçar o mito – antecipado por Claudio Manuel, das origens do Estado nacional, buscando a originalidade da Nação brasileira em sua própria origem, ou seja, nos movimentos expansionistas e no bandeirantismo que se fez presente em diversos momentos da história do país – fosse nas expedições bandeirantes dos séculos XVII e XVIII, ou, nas políticas getulistas de ocupação do interior brasileiro, na década de 1930.

A busca pela compreensão das origens da identidade do povo brasileiro sempre permeou as discussões entre os intelectuais de nossa sociedade.

Arruda (1990) salienta que, segundo algumas concepções – como a do sociólogo Fernando Henrique Cardoso – pode-se caracterizar o pensamento político brasileiro do século XX, segundo duas tendências – uma que privilegia o Estado enquanto irradiador da nação e, outra que separa a sociedade em classes, estamentos, categorias, etc.

Dentro da primeira tendência, costuma-se discutir a questão da identidade nacional e da construção do Estado. No sentido de compreender de que maneira ocorreu a formação nacional brasileira, Maria Arminda do Nascimento Arruda, busca nas origens do povo mineiro o suporte para sustentar seu trabalho. Para ela, a originalidade intrínseca ao mineiro resulta da junção de componentes arranjados entre si ao longo da história, de modo que, a identidade é concebida “enquanto síntese de traços sociais produzidos na realidade e incorporados por agentes determinados” (ARRUDA, 1990, p. 27).

Assim, ao trabalhar a identidade regional do povo mineiro a autora busca desvendar as elaborações produzidas por sujeitos sociais em momentos específicos da história. A relação entre mineiridade e identidade cultural ocorre de diversas maneiras, capazes de definir um perfil para os mineiros, marcado por mesclas entre o caráter pacato, a altivez e a sensibilidade para a política. Tais características podem ser verificadas especialmente nas obras literárias dos mineiros – como salienta a autora, já que, “a maior originalidade mineira está na literatura” (ARRUDA, 1990, p. 30).

Dentre os literatos, destacam-se Guimarães Rosa e os poetas inconfidentes abordados Cláudio M. da Costa, Alvarenga Peixoto e Tomás A. Gonzaga. Para essa autora, a “boa literatura” produzida em terras mineiras se deve ao gosto do mineiro pela cultura – outro traço característico apontado que vem sendo construído desde as primeiras ocupações em terras mineiras, observada também pelos viajantes do século XIX, como Saint-Hilaire.

Aliando o gosto cultural “natural” dos mineiros à oportunidade que tiveram os poetas dos setecentos em desenvolver, na Europa, sua intelectualidade, somado ainda ao já mencionado interesse pela política e desejo de liberdade, não surpreende segundo Arruda (1990), que Minas Gerais tenha alcançado mérito de ser o berço dos ideais de liberdade da nação brasileira. Tendo tido, ainda, a literatura como o movimento que embalou a cultura e ofereceu alicerces para que se lutasse pela liberdade de Minas e de todo o Brasil. Diante da importância dos poetas inconfidentes, Cândido (2010), afirma que o Brasil apenas se tornou uma pátria, por ter sido antes uma Arcádia[7].

Tendo, portanto, os intelectuais mineiros dos setecentos, convivido com a cultura, a literatura e ideais que remetiam à democracia e à liberdade do povo, torna-se mais fácil compreender porque a Inconfidência Mineira, moldada e executada pelos intelectuais da região das Minas, naquele período, é considerada por muitos como a primeira amostra do surgimento do povo brasileiro (TORRES, 1944). Essa ideia é reforçada pela própria necessidade de se forjar um herói que represente o povo brasileiro, escolhido não por acaso, dentre os inconfidentes. Tiradentes,

por exemplo, é elevado a herói e se consagra como representante da nação brasileira no período Republicano. E, é justamente a necessidade de forjar uma identidade republicana para o povo brasileiro que coloca o mártir da Inconfidência em um pedestal “alcançado” por todos, visto que, ele é um símbolo ambíguo e multifacetado (CARVALHO, 1990, p. 141).

Desse modo, a manifestação do “espírito mineiro” e suas peculiaridades durante o movimento inconfidente, revelaram ideais libertários que foram além da construção política e social existente na época e, sendo assim, Arruda (1990), reforça que “a identidade de Minas começou a ser gerada a partir da experiência de uma derrota, e, pois, dentre os elementos mais significativos da construção imaginária está o ideário da Inconfidência” (ARRUDA, 1990, p. 89).

CLÁUDIO MANUEL DA COSTA E O “SERTÃO DOS CATAGUASES”

Dentre os elementos que auxiliam a compor a ligação entre a identidade que vinha sendo construída pelos poetas inconfidentes e, a própria formação territorial, há um em particular que deve ser retomado devido a sua importância na construção da territorialidade do espaço brasileiro, que diz respeito ao desbravamento do sertão ou do grande interior. A capitania de Minas Gerais era, até a descoberta das primeiras jazidas, uma vastidão de terras inexploradas e ocupadas, quando muito, por indígenas e por negros fugidos das fazendas. Situação que se modificou intensamente após as investidas feitas pelos viajantes e desbravadores, em busca de metais preciosos. Sobre isso, Fonseca (2011, p. 62), ressalta que:

O topônimo “sertão dos Cataguases” constitui o único vestígio de sua presença que se manteve vivo após a chegada dos colonos, tendo sido utilizado durante a primeira década do século XVIII para designar as vastas extensões de terras (em grande parte auríferas) situadas ao norte da serra da Mantiqueira (FONSECA, 2011, p. 62).

Essa caracterização feita pela autora – e apropriada por ela de demais obras[8] sobre o assunto – configura um viés da análise sobre o sertão, havendo, entretanto, demais olhares possíveis para defini-lo. Diferentemente de caracterizá-lo considerando sua vastidão e “desocupação” – especialmente conferida por sua composição natural, que dificulta acessos e define caminhos específicos, ou ainda, descrevê-lo segundo a ocupação que lhe foi conferida e, a ação humana que ocorreu sobre ele – o que possivelmente o fez perder sua característica original, de isolamento, integrando-o a outros espaços, Moraes (2009, p. 88), destaca que,

[...] não há possibilidade de realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, pois estas não correspondem a uma materialidade terrestre individualizável, possível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno (MORAES, 2009, p. 88).

Sendo assim, vê-se que a apropriação do conceito de sertão feita pelo autor vai além de definir esse espaço como uma localidade facilmente

caracterizável pela paisagem ou pela ação humana em seu interior. Pelo contrário, sua conceituação possibilita enxergá-lo para além de uma reserva de terras para ocupação futura, um espaço passível de expansão – que será utilizado de acordo com as necessidades impostas pelo sistema econômico – no intuito de transformá-lo em um lugar ocupado valorizado, assim como as demais áreas em seu entorno, ou no restante do território (concebidas pelo autor como o “outro”, o “não-sertão”). Desse modo, o sertão concebido por Moraes (2009), “não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica” (MORAES, 2009, p. 89).

O sertão apresenta-se como um espaço desconhecido, repleto de perigos e que oferecia poucas certezas de sucesso para aqueles que se propunham a desbravá-lo. Abreu (1954, p. 217) afirma que:

Os primeiros ocupadores do sertão passaram a vida bem apertada; não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos. Carne e leite havia em abundância, mas isto apenas. A farinha, único alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a princípio por julgarem imprópria a terra à plantação de mandioca [...] (ABREU, 1954, p. 217).

À despeito das dificuldades enfrentadas pelos que se arriscaram através dos sertões, a Coroa Portuguesa não se posicionou à frente da empreitada, o que poderia ter minimizado as adversidades no início da ocupação. Contudo, Portugal ateve-se em ocupar o litoral ao invés do interior, com intuito de promover o cultivo da cana-de-açúcar, inserindo-se a si mesmo e ao Brasil na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). As entradas, desta feita, realizadas sertão adentro deviam, no princípio, ser autorizadas pela Coroa e possuir caráter meramente exploratório, sendo que, proibia-se a fundação de povoamentos afastados da costa.

Entretanto, as entradas e, posteriormente, as bandeiras, enquanto iniciativas privadas, foram responsáveis por ocupar o território em expansão. Essa ocupação deu-se fora do que se convencionou chamar “ciclo oficial”, fruto de ação estatal e dentro dos limites do Tratado de Tordesilhas, ocorrendo a partir de um “ciclo espontâneo”, de maneira dinâmica e independente (MAGALHÃES, 1978, p. 13).

Apesar de certa “liberdade” demonstrada nesse processo, a Coroa portuguesa, acompanhou atentamente o processo de ocupação e exploração da região das minas, estabelecendo uma espécie de “aliança” com o capital privado. Essa aliança estabeleceu, posteriormente, que “o desenvolvimento subsequente das povoações fundadas pelos pioneiros esteve sempre condicionado pelas funções, pelo estatuto e pelos títulos que foram atribuídos a estes núcleos pelo rei de Portugal e por seus representantes” (FONSECA, 2011, p. 49).

Há, nesse sentido, um contínuo povoamento do entorno das zonas mineradoras, definindo que “o processo de colonização avança a partir de zonas de difusão, núcleos de assentamento original que servem de base para os movimentos expansivos posteriores” (Moraes, 2008, p. 69). Ainda para o autor:

A colônia é, geralmente, composta de um ou alguns desses conjuntos regionais (preexistentes ou criados pelo colonizador). Porém, o território colonial vai além

dessas unidades, incorporando também áreas de trânsito sem ocupação perene, e os lugares recém-ocupados com uma colonização não consolidada. Boa parte da vida colonial ocorre nestes espaços, que têm por marca o uso transitório e ocupação efêmera, realizada por agentes sociais que têm por qualidade o deslocamento espacial contínuo (MORAES, 2008, p. 69).

A região das minas aparece neste contexto como uma dessas áreas de trânsito (Moraes, 2008), uma vez que, a ocupação motivada pela procura de pedras preciosas e mão-de-obra, não ocorrerá de maneira ordenada.

O sertão, portanto, enquanto uma área de trânsito, reflete seu permanente processo de ressignificação, uma vez que, se em dado momento a condição de sertão é suprimida ou “vencida”, no momento seguinte ela poderá ser recolocada e, o sertão será mais uma vez “empurrado para fora” ou “arredado”, tendo seus limites novamente redefinidos (MORAES, 2008).

No início do século XVIII, algumas concentrações humanas surgiram em função da descoberta pelos bandeirantes paulistas dos primeiros locais de extração. A ocupação se expandia na medida em que novas minas de ouro eram descobertas e, concomitantemente, consolidavam-se áreas de pecuária, produção agrícola e comércio. O sertão, até então, interior selvagem e desconhecido, delineou-se a partir da incorporação de novas áreas aos territórios já ocupados, o que foi definido por Fonseca (2011, p. 66) como um movimento “centrífugo”, que partia dos centros mineradores para as zonas circunvizinhas.

Nem todas as atividades que garantiram a fixação de grupos humanos nessas áreas são fruto de um efetivo processo de colonização, afinal, “nem toda expansão resulta diretamente em colonização. Para que ela ocorra é necessária uma efetivação da ocupação do espaço, isto é, a colonização é um assentamento com certa dose de fixação e perenidade” (MORAES, 2008, p. 63).

Para que esse processo se efetivasse, Venâncio (2001) afirma que é necessário observar atentamente dois elementos, “comércio e povoamento” “que formaram, na história mineira, um binômio complementar. Por meio deles, surgiu a malha de relações sociais, econômicas e políticas que contribuíram para dar origem a Minas Gerais” (VENÂNCIO, 2001, p.181). Como afirma Paula (2000, p. 13):

[...] É como um quadro amplo, nuançado, complexo que se deve ver a estrutura urbana mineira desde o século XVIII. [...] Minas como território de novas atividades produtivas além da mineração, uma ampla gama de atividades, de relações, de estruturas: o desenvolvimento da manufatura, da agricultura, da pecuária, da manufatura agrícola, da mobilidade social; da expansão urbana; da expansão demográfica; do desenvolvimento artístico e cultural; do desenvolvimento de mercados; a presença de uma complexa burocracia judiciária, tributária e administrativa (PAULA, 2000, p. 13).

A falta de ordenamento no processo de colonização era, no entanto, imposta pela própria Coroa Portuguesa. Moraes (2008) aponta que cada Estado metropolitano era responsável por determinar seu processo de colonização, promovendo a organização do espaço a ser ocupado e colocando a colônia como parte de uma estrutura que trabalhava para o sistema.

Caminhando no sentido de compreender de que maneira se constituía e se definia o sertão mineiro do século XVIII – considerando-o um espaço materialmente e também ideologicamente construído, segundo o olhar daqueles que o compuseram, que o vivenciaram – cabe salientar que, dentre os poetas inconfidentes, foi Cláudio Manuel da Costa quem se utilizou desse conceito em sua obra, para referir-se à região inexplorada das Minas Gerais.

Na concepção do poeta, o sertão deveria ser desbravado e cabia aos bandeirantes fazê-lo, concepção expressa em diversos momentos em que destaca a bravura e astúcia dos bandeirantes paulistas que se arriscaram por aquelas terras. Havia, no entanto, inúmeras dificuldades e obstáculos a serem superados, desde caminhos tortuosos e incertos, repletos de barreiras geográficas, até o enfrentamento com indígenas que de tudo fariam para defender a terra que lhes pertence, “Temos dobrado a grande Serra; temos Rompidos os matos, onde ver podemos; As feras e o Gentio que a brenha oculta [...]” (COSTA, 1996, p. 379).

O poema Vila Rica é escrito no intento de chamar a atenção para os inúmeros feitos heroicos daqueles que ousaram desbravar o sertão mineiro. Cláudio M. da Costa revela a todo o momento os desafios enfrentados durante a descoberta e exploração do ouro. Há que se ressaltar ainda que o poeta, demonstrando uma “preocupação civilizacional” (ALCIDES, 2003, p. 29), “já verificada em outros poemas como o Parnaso, deixa transparecer, novamente, em Vila Rica, o desejo em levar ao sertão alguma ocupação e ordem, exaltando os desbravadores que ali se arriscaram e iniciaram a colonização” (ARAÚJO; SOUZA, 2016, p. 02).

A preocupação em enaltecer os viajantes e fundadores da capitania, pode ser vista no momento em que Cláudio M. da Costa menciona a fundação das três primeiras vilas de Minas Gerais, sendo essas: Vila Rica (atual Ouro Preto), Vila do Carmo (atual Mariana) e Vila do Sabará. O poeta remete-se a Antônio de Albuquerque, responsável por fundar as vilas, no ano de 1711. Sobre a fundação e o fundador, Cláudio M. da Costa diz:

De vendar o mando a empresa toma
O famoso Albuquerque, e a grande soma,
Dos tesouros que guardo eu lhe preparam [...].
Do Carmo a Vila, e a Vila do Ouro Preto
Formarão das conquistas o projeto;
Junto ao Rio, a que as Velhas deram nome,
A terceira erguerá, que o foral tome (COSTA, 1996, p. 431).

A tarefa de descrever e desvendar o sertão mineiro, a qual se propôs Cláudio M. da Costa em Vila Rica, mostra-nos que há um desejo por parte dos viajantes e desbravadores do século XVIII em buscar no desconhecido, a fortuna e a bonança. Ainda que essa busca seja movida por um mito[9], uma história passada adiante por gerações, um “sonho muitas vezes repetido” (COSTA, 1996, p. 387), foi responsável por motivar diversas expedições que acabaram por ocupar o interior da capitania e descobrir, de fato, uma incomparável riqueza ali “escondida”.

Tendo, portanto, as terras mineiras, oferecido tamanha fortuna aos desbravadores, Cláudio M. da Costa coloca-se a exaltar não somente os que nela se arriscaram, mas também, as Minas Gerais em si. Vila Rica é, de fato, uma obra dedicada à glorificação da capitania mineira, com suas belezas e peculiaridades. No Canto I de seu poema, a primeira estrofe abre o texto épico apresentando a história de Minas como algo a ser resgatado e repassado por gerações.

Cantemos, Musa, a fundação primeira
Da Capital das Minas, onde inteira
Se guarda ainda, e vive inda a memória
Que enche de aplausos de Albuquerque a historia (COSTA, 1996, p. 377).

Mais adiante, já no Canto VIII, o poeta utiliza-se das riquezas minerais para demonstrar o quanto bela é a terra mineira, ressaltando que a fortuna oriunda da extração das pedras, servirá para desenvolver a capitania e enriquecer aqueles que se aventurarem pela região em busca do ouro e dos diamantes.

O nome de Gerais por atributo
Estas Minas terão; vê os diamantes,
Mas tudo corre a encher os meus tesouros;
Hão de brilhar os séculos vindouros
Com esta fina pedra; em abundância
Vencerão os que vêm de outra distância [...] (COSTA, 1996, p. 427).

Não apenas a capitania como um todo foi exaltada por Cláudio M. da Costa. Vila Rica, que deu nome ao poema, tendo sido a capital das Minas Gerais e a municipalidade mais desenvolvida econômica e socialmente daquele período, também ganhou versos em sua homenagem.

O mármore virá, que aos Céus levante
Edifícios soberbos; a elegante
Mão do artífice, a Vila edificada,
Fará que sobre as outras respeitada
De Rica tenha o nome, derivado
Dos tesouros o epíteto prezado (COSTA, 1996, p. 428).

Ao final do poema, já na última estrofe, Cláudio M. da Costa fecha sua narrativa com mais uma bela glorificação de Vila Rica, desejando um futuro auspicioso, àquela que foi por ele considerada, o fruto concreto da fortuna advinda das descobertas minerais que enriqueceram Minas Gerais: “Enfim serás cantada, Vila Rica, Teu nome impresso nas memórias fica; Terás a glória de ter dado o berço, A quem te faz girar pelo Universo” (COSTA, 1996, p. 446).

A paixão do poeta por Minas Gerais e a exaltação da terra, suas riquezas e a grandiosidade natural nela existentes, não foi, entretanto, reconhecida por Cláudio M. da Costa logo de início. O poeta retornou ao Brasil insatisfeito e desconsolado em deixar para trás, as belezas do Tejo e do Mondego e as Ninfas a quem dirigiu versos na Europa. Deparar-se com uma paisagem tão diferente da qual ele já havia se acostumado – especialmente em sua chegada pelo Caminho Novo, árduo e difícil – foi certamente, um choque para Cláudio Manuel da Costa, fazendo-o

se referir àquelas terras como “fadigadas pela mineração” e banhadas por rios de águas “feias e turvas” (RIBEIRO, 1996).

Sendo assim, em que momento Cláudio M. da Costa mudou sua perspectiva em relação às Minas Gerais? Afinal, o poema Vila Rica é uma exaltação de cunho “nacionalista” das belezas e riquezas de uma terra que o poeta não viu com bons olhos em um primeiro momento. Alcides (2003) ressalta que, as experiências vividas pela população daquela região, no que dizia respeito às travessias feitas entre uma vila e outra, e até mesmo, os caminhos da Estrada Real percorridos para se chegar ao litoral, avivavam as “sensibilidades e mentalidades da sociedade mineira do século XVIII” (ALCIDES, 2003, p.115).

Essa experiência, também vivida por Cláudio M. da Costa, certamente tornou-o mais terno e atento às características típicas das terras mineiras, transformando as peculiaridades que a priori lhe pareciam defeitos, em detalhes marcantes e preciosos a serem narrados em suas obras, especialmente em Vila Rica. Cláudio M. da Costa transformou, então, a aspereza da paisagem mineira em inspiração para aclimatar àquela localidade, as musas que ele venerava na região do Tejo e do Mondego. A imagem dos rios europeus e sua leveza permaneceram vivas na obra do poeta, e mesmo contrapondo a suavidade da Arcádia e a aspereza das Minas Gerais, Cláudio M. da Costa conseguiu retratar em Vila Rica os elementos que tornariam a paisagem mineira memorável. Diante disso, Alcides (2003, p. 173), afirma que:

Os “sertões das Minas Gerais” não seriam propícios ao cultivo das Musas, mas diante da melancolia revelaram-se adequados e até congeniais. A natureza e a sociedade melancolizavam o Dr. Cláudio Manuel; por sua vez, o pastor Glaucestre Satúrnio as melancolizava aos convertê-las em “paisagem”. [...] É no encontro entre esses dois loci horribili (sertão/autoconsciência) que a poesia de Cláudio Manuel compõe a sua síntese (ALCIDES, 2003, p. 173).

Tendo Cláudio M. da Costa aclimatado sua escrita e o conteúdo de seus textos às características marcantes presentes na paisagem mineira, optou o autor por utilizar-se de um estilo literário em particular para escrever Vila Rica e suas Obras. O estilo por ele escolhido foi o chamado texto épico, que se caracteriza por uma narrativa em verso ou prosa e, que tem a intenção de celebrar um grande acontecimento ou ação realizada por alguém, em épocas passadas. Cláudio M. da Costa inspirou-se na obra de Camões, Os Lusíadas, para dar corpo ao seu texto.

Esse tipo de texto, também chamado de epopeia, é fruto do Classicismo e é marcado pela exaltação da pátria portuguesa. Ademais, caracteriza-se por possuir dez Cantos, com esquema rítmico ABBA ABBA CDC DCD – o mesmo utilizado tanto por Camões nos Lusíadas, quanto por Cláudio M. da Costa, nas Obras. O soneto LXXVI de Cláudio, por exemplo, além de seguir a mesma estrutura do soneto VI de Luís de Camões, refere-se ao Mondego com o mesmo carinho e saudosismo. Ademais, as semelhanças entre os dois textos e a referência feita por Cláudio M. da Costa, possivelmente a Camões nesse mesmo soneto, quando diz, “De ti me apartarei”, leva a crer que o poeta mineiro fez, de fato, uma leitura da obra camoniana para compor a sua. (ALCIDES, 2003).

Já em Vila Rica, vê-se que, Cláudio M. da Costa retoma o Classicismo ao compor um texto épico que glorifica feitos heroicos, descreve a natureza com conhecimentos geográficos e históricos e, demonstra certo orgulho nacionalista por ter vencido uma “batalha” – no caso da obra de Cláudio Manuel, vencido as dificuldades de se penetrar o sertão mineiro. O poema, que também está estruturado na rítmica acima mencionada, compõe-se, segundo Muzzi (1996, p. 349), de

um esquema retórico da epopéia, com seu elenco de topoi, motivos, temas, personagens: precedido por uma carta dedicatória a um benfeitor, abre-se com uma invocação à musa que logo inclui o “pátrio gênio”, recheia-se de alegorias, visões, sonhos, predições, povoava-se de heróis e ninfas cuja origem não é somente européia [sic], mas também nativa (MUZZI, 1996, p. 349).

Como se vê, Cláudio M. da Costa apropriou-se de referências próprias do Classicismo – acompanhando as características próprias do Arcadismo – para compor suas obras. Isso ocorreu, possivelmente, porque o texto épico melhor se encaixava na proposta do poeta, facilitando a narrativa que girava em torno da exaltação e do heroísmo, assim, como foi feito por Camões nos Lusíadas, por exemplo. Sobre isso, Alcides (2003, p. 185), conclui que:

O uso do gênero épico, mais que tudo, confere a Minas uma nova dignidade, deitando raízes na cultura clássica; conforme a antiga teoria dos três níveis, o gênero épico correspondia ao estilo grave, próprio para o tratamento de temas elevados. Essa nova dignidade é medida por um processo de civilização que (sob o aspecto louvado pelo poeta) visa justamente controlar a melancolia desenfreada de uma região extrema, que por suas riquezas entranhadas no centro da terra e pelo ambicioso afã de seus habitantes poderia ser comparada ao quadro da Idade de Ferro pintado por Ovídio (ALCIDES, 2003, p. 185).

Há ainda, outro tema presente em Vila Rica que deve ser abordado no sentido de compreender quais aspectos foram essenciais para contribuir para a construção da identidade nacional e, consequentemente para a formação territorial das Minas setecentistas. Este tema refere-se a um acontecimento relevante na história das Minas Gerais e do país como um todo: a Guerra dos Emboabas (1707-1709), conflito travado entre paulistas e portugueses pelo direito de exploração das jazidas recém-descobertas na região.

Na ocasião, os bandeirantes paulistas e os imigrantes portugueses, juntamente com aliados de outras descendências (tendo sido denominados “emboabas”[10] pelos primeiros), enfrentaram-se pelo direito de explorar o ouro descoberto, mas, outros fatores como o encarecimento das mercadorias devido ao aumento da demanda na região, também influenciaram o conflito. Romeiro (2005), afirma que os bandeirantes pensavam ter maiores direitos sobre o ouro das minas, tanto por serem eles os descobridores das jazidas, quanto pelo fato daquela região fazer parte da capitania de São Vicente. Uma das consequências da guerra dos Emboabas foi o desmembramento dessa capitania, originando a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, que apenas em 1720, vieram a se tornar capitania das Minas Gerais e capitania de São Paulo.

Em Vila Rica, Cláudio M. da Costa remete à guerra, ao colocar frente a frente, paulistas e portugueses, referindo-se aos primeiros como “infames e tumultuadores” e aos segundos como “loucos” (COSTA, 1996, p. 399-400). O ataque a ambos os lados se deve ao fato de o poeta ter desde a infância, ouvido histórias acerca do conflito que ocorreu vinte anos antes de seu nascimento, histórias essas contadas “sem dúvida para atemorizá-lo e aumentados da tradição, os horrores da iníqua catástrofe” (RIBEIRO, 1996, p. 09).

Ademais, pode-se inferir que o jogo de negação e elogio feito pelo poeta para com os paulistas e portugueses – lembrando que Cláudio Manuel da Costa exalta a iniciativa paulista a todo o momento – reforça nossa hipótese de que ao elogiá-los, pretende exaltar o tipo que se deseja para construir a Nação independente proposta pelos inconfidentes. E, ao negá-los, vê-se que o poeta propõe que as Minas Gerais se desvencilhem do contato com os bandeirantes e com os portugueses, originando, assim, uma pátria independente.

Com isso, Cláudio M. da Costa procurou estimular em sua obra, o desenvolvimento de características nacionais que serviriam para formar o povo que viria a compor a Nação. Características essas que, segundo Leite (2002), constituem a origem do nacionalismo de um povo, marcada pela exaltação de suas qualidades, ao serem comparados com povos considerados “inferiores”.

Colocar, portanto, paulistas e portugueses nesse jogo de oposição, mostra-nos as intenções do poeta no que diz respeito à construção das “Pátrias Minas” (COSTA, 1996, p. 403). Nação esta, que, devendo ser construída sob os ideais de liberdade do movimento inconfidente, deve contar com um povo que saberá conduzi-la em toda sua vastidão: “Desde o Sabarabuçu, matos se estendem / Que habita o Pataxós, nação que um dia / Um Reino, um vasto Reino parecia” (COSTA, 1996, p. 402, grifos nossos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao resgatar os discursos do literato Cláudio Manuel da Costa, foi possível apreender histórica e geograficamente a realidade das Minas Gerais setecentistas, implícita em seus textos, bem como, as perspectivas e anseios de um indivíduo expressivo que se destacou por sua intelectualidade e expressividade através da literatura. O chamado “sertão dos Cataguases” foi caracterizado como uma região inóspita e desconhecida que assim permaneceu até que os metais preciosos fossem descobertos. O sertão passou a ser visto para além de seu qualificativo de lugar, mas sim, como uma condição, uma realidade a ser superada. A partir de então, a região se desenvolveu, recebeu grande contingente populacional e teve no “ciclo do ouro” um de seus momentos áureos, despertando o interesse de desbravadores, bandeirantes e também da Coroa portuguesa.

Em Vila Rica, Cláudio Manuel da Costa ao exaltar os bandeirantes paulistas, ou elogiar a empreitada dos portugueses, procurava construir

em sua narrativa uma inter-relação entre as figuras importantes no processo de desbravamento e ocupação das Minas Gerais.

Assim, o poeta sinalizaria qual “povo” deveria compor a Nação por ele e por seus companheiros inconfidentes almejada. Ao enaltecer a bravura e o caráter expansionista de paulistas e portugueses, Cláudio Manuel da Costa define o “tipo nacional” necessário para compor e alavancar a pátria independente. Portanto, a literatura de Cláudio Manuel da Costa, tornou-se um discurso originalmente brasileiro, carregado de significados e ideologias.

AGRADECIMENTOS

A CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa de Mestrado concedida à autora.

REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1954.
- ALCIDES, Sérgio. Estes Penhascos: Cláudio Manuel da Costa e a paisagem de Minas (1753-1773). São Paulo: Hucitec, 2003.
- ANSELMO, Rita de Cássia Martin de Souza. Literatura e Geografia: aproximações e distanciamentos. In: III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e I Encontro Nacional de Geografia Histórica, nov. 2012, Rio de Janeiro, RJ. Anais (magnético). Rio de Janeiro, 2012.
- ARAÚJO, K. de F.; SOUZA, R. de C. M. de. As Minas Gerais Setecentistas: Geografia e Literatura na obra do Inconfidente Cláudio Manuel da Costa. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 17, n. 57, p. 01-20, 2016.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Mitologia da Mineiridade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- BARBOSA, Wademar de Almeida. Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editôra Saterb, 1971.
- CÂNDIDO, Antônio. Iniciação à literatura brasileira. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, Cláudio Manuel da. “Cláudio Manuel da Costa”. In: C. M. da Costa. T. A. Gonzaga e I. J. de Alvarenga Peixoto. A poesia dos inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Org. Melânia Silva de Aguiar. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. Arraiais e Vilas De'lRei. Espaço e Poder nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- FREDERICO, Celso. A sociologia da literatura de Lucien Goldmann. Estudos Avançados [online], São Paulo, v. 19, n. 54, pp. 429-446, 2005.
- GELLNER, Ernest. Nações e Nacionalismo. Lisboa: Gradiva, 1983.
- GOLDMANN, Lucien. Ciências Humanas e Filosofia. São Paulo: Difel, 1976.
- _____. A Sociologia do Romance. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- _____. Dialética e Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOBSBAWM, Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LEITE, Dante Moreira. O Caráter Nacional Brasileiro. 6 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. A capitania das Minas Gerais (origem e formação). Belo Horizonte: Edição do Instituto de História, Letras e Arte, 1965.
- MAGALHÃES, Basílio de. Expansão Geográfica do Brasil Colonial. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2008.
- _____. Geografia Histórica do Brasil. São Paulo: Annablume, 2009.
- MUZZI, Eliana S.; RIBEIRO, João; MALARD, Letícia; HELENA, Lúcia; FIGUEIREDO, Luciano; BANDEIRA, Manuel; LAPA, Manuel Rodrigues; AGUIAR, Melânia Silva de; PEREIRA, Paulo Roberto Dias. FILHO, Domício Proença (Org.). A poesia dos Inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1996.
- PAULA, João Antonio de. Raízes da modernidade em Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- RIBEIRO, João; PEREIRA, Paulo Roberto Dias; MUZZI, Eliana S.; MALARD, Letícia; HELENA, Lúcia; FIGUEIREDO, Luciano; BANDEIRA, Manuel; LAPA, Manuel Rodrigues; AGUIAR, Melânia Silva de. FILHO, Domício Proença (Org.). A poesia dos Inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1996.
- ROMEIRO, Adriana. Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas. In: Modos de Governar - Ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX. BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia do Amaral (Orgs.). 1^a ed. São Paulo: Alameda, 2005.
- ROVISCO, Maria Luís. Reavaliando as Narrativas da Nação – Identidade Nacional e Diferença Cultural. Portugal: Actas do IV Congresso Português de Sociologia, 1990.
- SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. O Homem e a Montanha. Introdução ao estudo das influências da Situação Geográfica para a Formação do Espírito Mineiro. Belo Horizonte: Livraria Cultura Brasileira, 1944.
- VASCONCELOS, Diogo de. História Antiga de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974, 2 v.
- VELLOSO, Mônica. Pimenta. O Mito da Originalidade Brasileira: a trajetória intelectual de Cassiano Ricardo (dos anos 20 ao Estado Novo). 1983. 190f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1983.
- VENÂNCIO, R. P. “Comércio e fronteira em Minas colonial”. IN: FURTADO, Júnia Ferreira. Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas

abordagens para uma história do Império Ultramarino português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

Notas

- [1] Trabalho fruto de Dissertação de Mestrado intitulada: “Os Inconfidentes nas Minas Gerais: uma relação entre a geografia e a Literatura Setecentista de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto”, defendida em Maio de 2014 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Martins de Souza.
- [2] Conceito proposto por Goldmann (1979) que se remete a indivíduos capazes de retratar o universo ao seu redor, encontrando formas adequadas e altamente coerentes – tais como as obras literárias e demais manifestações artísticas e filosóficas – de expressar seus ideais e concepções de mundo.
- [3] Termo desenvolvido por Goldmann (1979) que caracteriza os intelectuais como aqueles que melhor conseguem expressar uma dada visão do mundo, compartilhada por demais indivíduos do mesmo grupo social.
- [4] Miroslav Hroch, historiador e teórico político na Universidade Charles, em Praga.
- [5] Termo que indica genericamente as finanças do Estado.
- [6] Canto Genetíaco, poema escrito por José Inácio de Alvarenga Peixoto, dedicado a louvar o nascimento do filho do Governador das Minas Gerais, Dom Rodrigo de Meneses, propunha-se a exaltar a riqueza das terras brasileiras e seus homens mais notáveis. O poeta envolveu-se no movimento pela Inconfidência Mineira juntamente com seus companheiros Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, morrendo no exílio na África.
- [7] Escola literária que teve início em Lisboa, na Arcádia Lusitana (1756) com o objetivo de combater o artificialismo, a falsa argúcia e o palavreado oco, característicos do Barroco em sua fase de decadência. Os árcades procuravam uma dicção mais natural e se interessavam pela modernização da sociedade. Na prática, permaneceu muito do espírito barroco, misturado à naturalidade e ao realismo. No Brasil, o Arcadismo ganhou destaque com o movimento cultural e literário encabeçado pelos poetas mineiros da segunda metade do século XVIII e início do século XIX – quase todos marcados pelo espírito renovador da Arcádia Lusitana, e alguns deles realmente modernos pela escrita e a atitude mental (CÂNDIDO, 2010, p. 34-35).
- [8] Sobre o “sertão dos Cataguases” ver: VASCONCELOS. História antiga das Minas Gerais, v.1, p. 125; BARBOSA. Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais, p. 85.